**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO
	1. O presente Termo de Referência tem como objeto a indicação das condições e requisitos para a realização de certame licitatório destinado ao Registro Formal de Preços para **“Aquisição de gêneros alimentícios para preparo da merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino e das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social”**
	2. Para efeitos deste Termo de Referência, têm-se as seguintes definições:
		1. **Órgão Gerenciador:** Fundo Municipal de Educação**,** responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços, incluindo a regulamentação e a execução do pregão, bem como pelo gerenciamento da(s) ata(s) de registro de preços dele decorrente(s);
		2. **Órgão Participante:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através doFundo Municipal de Assistência Social**.**
	3. O critério de julgamento adotará o “**MENOR PREÇO** **POR LOTE”.**
	4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.
2. **DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DOS ITENS**
	1. As respectivas descrições e quantitativos difundidos pelo órgão gerenciador, bem como pelo órgão participante, estão indicados no **Anexo I** deste Termo de Referência.
	2. Todos os produtos solicitados deverão ser de primeira qualidade, respeitando as normas sanitárias e prazos de validades**.**
	3. As embalagens deverão seguir as exigências da legislação vigente e as especificações estabelecidas neste Termo e seus anexos e ainda, os gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis deverão conter informações de validade e tabela de composição nutricional. Os gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros deverão respeitar os padrões de qualidade da legislação ANVISA CNNPA n° 12, de 1978;
	4. Os produtos a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta do Fornecedor Registrado, em total consonância com o edital, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de revogação da ata de registro de preços/rescisão contratual e penalidades cabíveis;
	5. As quantidades licitadas são meramente estimativas, serão adquiridas somente as quantidades necessárias para manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o atendimento às demandas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
3. **DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO**
	1. Os quantitativos difundidos no Anexo I deste Termo, foram sucedidos por estimativa, servindo apenas para o procedimento licitatório, não ficando o Órgão Gerenciador obrigado a adquirir o total da planilha, responsabilizando-se pelo pagamento somente do montante que efetivamente solicitar e receber do futuro Fornecedor Registrado.
	2. A estimativa do quantitativo de alimentos baseia-se no quantitativo de alunos do ano de 2021 fornecido pelo setor de Matrícula, através do Censo Escolar e o quantitativo de pessoas atendidas nos abrigos municipais, fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, podendo haver alterações ao longo do ano letivo em virtude das transferências ou da evasão escolar e rotatividade dos assistidos nos abrigos municipais.
	3. A alimentação escolar será ofertada diariamente a todos os alunos matriculados nas instituições de ensino, Abrigos Institucionais da Criança, do Adolescente e do Instituto de Longa Permanecia de Idosos e Centro Técnico, promovendo ações de educação alimentar e nutricional ao público beneficiário, bem como todas as ações descritas na Resolução CFN nº 465/2010.
	4. Os alunos receberão alimentação escolar considerando o seu tempo de permanência na unidade escolar, podendo assim variar de 01 (uma) a 5 (cinco) refeições/dia, conforme a modalidade de atendimento ofertada. Haverá a oferta de alimentos durante todo o ano letivo, ou seja, há a oferta regular de refeições nos 200 (duzentos) dias letivos anuais
	5. Para memória de cálculo, os quantitativos de alimentos previstos para as futuras aquisições estão informados na tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Comp. | Alunos | % crescimento de alunos |
| fev/20 | 28260 | Sem dados |
| jun/20 | 30151 | 6,7% |
| nov/20 | 30180 | 0,1% |
| fev/21 | 30529 | 1,2% |
| jun/21 | 30695 | 0,5% |
| nov/21 | 30716 | 0,1% |
| fev/22 | 30097 | -2,0% |
| abr/22 | 30136 | 0,1% |
| jun/22 | 29922 | -0,7% |
|  |  |  |
| *FONTE: E-Cidade* |  |



*Fonte: SEMDS/FMAS*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Instituição** | **Capacidade** | **Lotação** | **Quantidade de refeições servidas** |
| Abrigo Institucional Dr. Edwaldo Saramago Pinheiro - **Acolhidos** | 20 | 23 | 23 |
| Abrigo Institucional Dr. Edwaldo Saramago Pinheiro - **Funcionários** | - | 30 | 30 |
| Instituição de Longa Permanência para Idosos Dr. Augusto Sena | 16 | 17 | 17 |
| Centro POP | - | 20 | 20 |
| Total | 90 |

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**
	1. De acordo com as necessidades/demandas realizamos uma divisão dos Itens em 6 (seis) categorias (Lotes de gêneros afins) distintas a saber: lote 1: não perecíveis; lote 2: pequenas preparações; lote 3: hortifrutigranjeiros; lote 4: perecíveis; lote 5: dieta diferenciada; e lote 6: perecíveis – produto panificação, adjudicados conforme o menor preço global por lote, em detrimento por adjudicação por itens, na forma que dispõe o artigo 23 § 1º, da lei nº 8.666/93;
2. **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
	1. A contratação se deve à necessidade de garantir uma alimentação saudável e balanceada aos alunos da rede Municipal de Ensino, de acordo com a Lei n° 11.346 (Lei de Segurança Alimentar e Nutricional), de 15 de setembro de 2006, cujos artigos 1° e 2° estabelecem as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composições do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, deve formular e implementar políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.
	2. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é, pois, uma dessas políticas de segurança alimentar e nutricional, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Esta ação do poder público para a alimentação nas escolas tem como marco regulatório a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 (Lei da Alimentação Escolar), a qual determina que no mínimo 30 por cento do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar rural e do empreender familiar rural ou de suas organizações. A aquisição desses produtos poderá ser realizada por meio de chamada pública, sendo assim, dispensa o processo licitatório
	3. Com base nos anos anteriores, sob responsabilidade da SEMED a oferta da alimentação será em 95 unidades escolares e instituições filantrópicas conveniadas – que englobam as modalidades educação infantil (creches e pré-escolas), ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) – foram servidas mais de 40 mil refeições por dia. Sob responsabilidade da SEMDS a oferta da alimentação será para atendimento as necessidades dos Abrigos Municipais e o Centro Pop, em conformidade com as recomendações da Controladoria Geral do Município
	4. A aquisição dos gêneros alimentícios possibilitará o preparo da alimentação dos: alunos da rede municipal de responsabilidade da SEMED- Setor de Alimentação Escolar e os abrigos institucionais de responsabilidade da SEMDS/FMAS; O consumo previsto e as quantidades a serem adquiridas foram feitos com base na planilha de per capita apresentadas pelas respectivas Nutricionistas das instituições, conforme difundidos no Anexo II deste Termo.
	5. Outrossim, considerando que o município de Itaboraí se encontra classificado em nível gestão plena nos critérios do Sistema Único de Assistência Social – SUAS ofertando os serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, bem como que as unidades de acolhimento: Instituição de longa Permanência para idosos (ILPI) e Abrigos Institucional Dr. Ewaldo Saramago Pinheiro (AIDESP), funcionam 24 horas, todos os dias, ininterruptamente.
	6. A SEMED e SEMDS, visam garantir a oferta de uma alimentação adequada, com cardápios que utilizem produtos variados, seguros, que respeitem os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo assim, para o crescimento e o desenvolvimento de todos os beneficiados, contribuindo para a melhoria do rendimento escolar e rendimento psicossocial, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde.
3. **DA HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES**
	1. Além das exigências habituais relacionadas à comprovação da habilitação econômico financeira e jurídica das licitantes,com o intuito de garantir a seleção de fornecedores aptos a efetivamente atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação e do órgão participante, evitando-se o inadimplemento contratual e atrasos na execução da Ata de Registro de Preços, deverão ser exigidos dos licitantes os seguintes documentos referentes à comprovação de aptidão técnica:
4. Comprovação de aptidão para fornecimento de objeto pertinente e em quantidades de 50% dos quantitativos indicados em todos os itens do Anexo I, A comprovação deverá se dar por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.
5. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito privado ou público emitente, CNPJ, endereço da pessoa jurídica/órgão gerenciador, objeto fornecido, quantitativo contratado, valor do contrato, número do processo ou procedimento licitatório ou do processo de contratação direta, número do contrato, prazo e local de execução do objeto, prazo de vigência do contrato, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome completo, cargo ou função, número da matrícula e do CPF, indicando ainda se a execução do objeto ocorreu de forma regular e satisfatória;
6. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão estar acompanhados de documentos que comprovem a aptidão do signatário para responder pela pessoa jurídica atestante;
7. As licitantes deverão apresentar Certificado de Inspeção Sanitária A (CIS-A) dentro da validade, referente ao local de armazenamento dos gêneros, expedido pela Vigilância Sanitária do local de sua Sede;
8. No caso de empresa sediada em Município que não contemple a legislação referente ao Certificado de Inspeção Sanitária A (CIS-A), a licitante deverá apresentar declaração emitida pela Vigilância Sanitária Municipal, atestando a ausência de norma específica;
9. As licitantes deverão apresentar comprovação de que dispõem de veículos refrigerados, que possuam o Certificado de Inspeção Sanitária para transporte dos gêneros perecíveis;
10. Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, caso solicitado pela Comissão de Licitações.
11. **CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS**
	1. Os itens cuja aquisição se pretende são de natureza comum, enquadrando-se na classificação do artigo 1°, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 22, de 25 de março de 2009.
12. **ENTREGA, PRAZO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
	1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, após a solicitação de fornecimento, conforme cronogramas de entrega estabelecidos pelas Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. (Cronograma- Anexo III deste Termo);
		1. No referido cronograma, também estarão especificados os gêneros alimentícios necessários para o cumprimento do cardápio escolar e dos abrigos municipais;
	2. Os gêneros alimentícios serão entregues nas unidades de ensino, abrigos e Centro Pop no horário de funcionamento das instituições, pela manhã de – 08:00h às 11:00h e/ou tarde – 14:00h às 16:00h. Por ocasião das entregas, não serão aceitas quantidades parceladas, ou seja, deverá ser efetuada entrega integral dos itens solicitados;
	3. Os gêneros alimentícios serão entregues nos endereços constantes no **Anexo IV** deste Termo;
	4. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues devidamente acondicionados, em embalagens integras, sem avarias, devendo ser identificados com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa, contendo indicação sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, selos de registro e/ou de qualidade, prazo de validade e origem;
	5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias do prazo total recomendado pelo fabricante;
	6. As despesas para entrega dos gêneros alimentícios nos locais indicados correrão por conta do Fornedor Registrado, sem custos adicionais para o Órgão Gerenciador
	7. Será recusado o produto deteriorado, alterado, avariado, corrompido, fraudado, fora de sua embalagem, bem como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação e/ou em desacordo com as condições descritas neste Termo e na proposta de preços do fornecedor registrado;
	8. A aceitação dos gêneros não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade ou qualidade dos produtos apresentados nem a responsabilidade administrativa em razão da verificação, a posteriori, que o produto não atendeu às especificações contidas neste Termo ou na proposta apresentada por ocasião do certame;
	9. Nenhum item registrado deverá ser entregue sem que tenha sido solicitado pela Secretaria Requisitante, responsabilizando-se o Fornecedor Registrado pela entrega irregular;
	10. Os gêneros serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços, a ser designado por meio de Portaria, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
	11. O recebimento definitivo estará condicionado à atestação da conformidade dos itens com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados do recebimento provisório.
	12. O Órgão Gerenciador, por meio da fiscalização da execução das obrigações contratuais ou decorrentes do Ata de Registro de Preços, reserva-se ao direito de rejeitar, integralmente ou em parte, os gêneros que não atendam aos quantitativos ou às especificações do objeto licitado, devendo os mesmos serem substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação encaminhada ao Fornecedor Registrado. As despesas decorrentes da substituição dos itens correrão por conta do Fornecedor Registrado, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções incidentes às hipóteses de descumprimento do contrato/ata de registro de preços;
	13. A solicitação para substituição de gêneros que apresentem inconformidades, deverá ser recebida e identificada pelo Fornecedor Registrado, cabendo à Fiscalização promover o acompanhamento dos prazos para a substituição;
	14. Os chamados para a substituição dos itens serão realizados por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação;
	15. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato/Ata de Registro de Preço deverão ser prontamente atendidas pelo Fornecedor Registrado, sem ônus para o Órgão Gerenciador;
	16. Toda prorrogação de prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador , devendo a solicitação ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação pelo endereço eletrônico: semec.adm@itaborai.rj.gov.br, ou educacao@itaborai.rj.gov.br ou pelo telefone: (21) 2635-4651, bem como para Secretaria de Desenvolvimento Social pelo endereço eletrônico: semds@itaborai.rj.gov.br, ou pelo telefone: (21) 2635-3417 até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento do prazo de entrega estipulado;
	17. O Fornecedor Registrado deverá anexar à nota fiscal uma cópia da solicitação de entrega e da nota de empenho no momento da entrega dos gêneros;
	18. A fiscalização da execução das entregas dos gêneros, caberá aos servidores(as) designados(as) pelo ordenador de despesas através de Portaria.
13. **DAS OBRIGAÇÕES DO ÒRGÃO GERENCIADOR**
	1. São obrigações do Órgão Gerenciador:
		1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
		2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada pela licitante no momento do certame, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
		3. Comunicar o Fornecedor Registrado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens entregues, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;
		4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor Registrado, por intermédio de comissão/servidor especialmente designado;
		5. Efetuar o pagamento ao Fornecedor Registrado no valor correspondente aos itens efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
	2. O Órgão Gerenciador não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor Registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata/Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
	3. O Município reserva-se ao direito de não atestar as faturas referentes aos produtos entregues caso os mesmos estejam em desacordo com as especificações constantes neste termo, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir a Ata de Registro de Preços.
14. **DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**
	1. O Fornecedor Registrado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
		1. Efetuar a entrega dos itens de acordo com as solicitações encaminhadas pelo òrgão gerenciador, os quais deverão estar devidamente embalados, íntegros, limpos e em perfeitas condições de consumo, de acordo com as instruções contidas neste Termo, adequados às especificações, no prazo e local indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal;
		2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 a 27, da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
		3. Substituir ou reparar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação, e às suas expensas, o produto entregue que comprovadamente apresente deterioração ou esteja em desconformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos, neste termo ou em sua proposta, ou quando se verificarem vícios, defeitos ou irregularidades, ainda que constatadas após o recebimento definitivo, arcando com todas as despesas decorrentes destas providências;
		4. Comunicar ao órgão gerenciador, no prazo máximo 2 (dois) dias úteis que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
		5. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.
		6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução da ARP/do Contratao tais como taxas, fretes, tributos, inclusive as obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte, indenizações, recolhimento de valores para órgãos de classe e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, ficando o Órgão Gerenciador isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
		7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante/Órgão Gerenciador ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do objeto, independente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, e independente de outras cominações contratuais ou legais as quais estiver sujeita;
		8. Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata de registro de preços.
15. DA SUBCONTRATAÇÃO
	1. Não será admitida a subcontratação.
16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
	1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do fornecedor registrado com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração quanto a continuidade da Ata.
17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
	1. Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de janeiro de 1993, serão designados: a Comissão de Fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; com a indicação de um servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, ao qual caberá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados ;
	2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor registrado inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
18. **DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**
	1. O Fornecedor Registrado deve colaborar, quando couber, à promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com art. 255 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. da lei 8.666/93 e conforme orientações do Cap. III - DOS BENS E SERVIÇOS - art. 5° da IN n°01/2010 (Compras Sustentáveis).
19. **DO PAGAMENTO**
	1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após o adimplemento da obrigação, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada, perante o protocolo da Administração Municipal, além das certidões de regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária do fornecedor registrado.
	2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto.
	3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor registrado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o órgão gerenciador.
	4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor do fornecedor registrado.
	5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
	6. O fornecedor registrado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário diferenciado previsto na referida Lei Complementar.
	7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor registrado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo órgão gerenciador, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 )  | I = 0,00016438TX = Percentual da taxa anual = 6% |

 365

1. **DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**
	1. Não se aplica ao processo de aquisição.
2. **DO REAJUSTE**
	1. Os preços são fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
3. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
	1. Comete infração administrativa, o Fornecedor Registrado que:
		1. Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
		2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
		3. Falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços;
		4. Comportar-se de modo inidôneo;e
		5. Cometer fraude fiscal.
	2. Pela inexecução total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato, a Administração poderá aplicar ao Fornecedor Registrado as seguintes sanções:
		1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o órgão gerenciador;
		2. **Multa moratória** de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso; Multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso. Multa moratória de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, do 61º (sexagésimo primeiro) dia em diante, até o limite máximo de 150 dias, sem prejuízo das demais penalidades;
		3. **Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

 **18.2.3.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

* + 1. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
		2. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir o órgão gerenciador pelos prejuízos causados;
	1. As sanções previstas nos subitens 18.2.1., 18.2.4., 18.2.5., poderão ser aplicadas ao Fornecedor Registrado juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
	2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
		1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
		2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;e
		3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
	3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto na Lei n 8.666/93.
	4. Caso o órgão gerenciador determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
	5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
1. **DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
	1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, a critério do Órgão Gerenciador, decorridos 10 (dez) dias após o prazo de entrega, caso o fornecedor registrado não comprove já ter enviado os produtos via transportadora ou correios, e/ou não apresente justificativas aceitáveis para a demora no cumprimento da ordem de fornecimento.
	2. A decisão de rescindir a ata de registro de preços caberá ao Órgão Gerenciador, após prévia consulta ao setor solicitante do material, e desde que se vislumbrem possibilidades de prejuízos à Administração Municipal.
	3. Nos casos em que se justifique a rescisão o fornecedor registrado ficará sujeito às penalidades previstas no item 18 deste Termo de Referência, na ARP ou no Contrato.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022 na classificação abaixo:

Òrgão Gerenciador

Órgão: 09-Secretaria Municipal de Educação

Unidade: Fundo Municipal de Educação

Fonte: 1 e 15

Programa de Trabalho: PNAC - 12.365.0013.1.113 / Alimentação Escolar: 12.361.0013.2.114

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00.00

Òrgão Participante

Órgão: 16-Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social

Fonte: 19 e 25

Programa de Trabalho: 08.244.0094.2.291 e 08.244.094.2.829

Natureza de despesa: 33.90.30.07

1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
	1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
	2. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
	3. O presente Termo de Referência (TR) segue devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas), nos termos da Resolução Conjunta CGM/PGM/SMGOV/SEMPLA de 12 de abril de 2021.
	4. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos:**
* **Anexo I** – Descritivo dos produtos (secretaria municipal de educação e secretaria municipal de desenvolvimento social);
* **Anexo II** - Memória de cálculo- tabela per capita;
* **Anexo III** - Cronograma de entrega;
* **Anexo IV** - Rotas e endereços;
* **Anexo V** - Cardápio da secretaria municipal de educação;
* **Anexo VI** - Cardápio da secretaria municipal de desenvolvimento social;
* **Anexo VII -** Quantitativo de alunos matriculados e quantitativo de assistidos pelo FMAS.

Itaboraí, 21 de novembro de 2022.

**Ana Beatriz Garcia M. do Nascimento**Secretaria Municipal de Educação
Coordenação de Alimentação Escolar
Matrícula 45.344

**Helisa da Silva Freitas Menezs**Secretaria Municipal de Educação
Coordenação de Alimentação Escolar
Matrícula 51.017

De acordo,

**Mauricilio Rodrigues se Souza**

Presidente do Fundo Municipal de Educação
Secretário Municipal de Educação

Matrícula 44.719